

À beira do colapso - Diário do Grande ABC



Região corre risco de não ter mais espaço para dispensar resíduos; especialistas falam de extinção em sete anos

Bia Moço

Especial para o Diário

08/04/2018 | 10:32



Share to FacebookShare to TwitterShare to LinkedInShare to PinterestShare to Google+Share to ImprimirShare to Mais...

Problema antigo na região, a destinação do lixo urbano está à beira de um colapso. Segundo especialistas, é possível que o sistema aguente somente prazo de até sete anos, quando estariam extintos os locais para o armazenamento dos resíduos sólidos.

O alerta também serve para o aumento da quantidade de detritos. Em seis anos foram produzidas 834,43 toneladas a mais por dia nas sete cidades. Em 2010, os municípios somavam 1.985,5 toneladas de resíduos domésticos e, em 2016, 2.819,93, isso tendo em vista o aumento populacional de 7,27%. Os dados integram o Inventário Estadual de Resíduos Sólidos Urbanos, publicado anualmente pela Cetesb (Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental).

Apesar disso, atualmente, a geração de resíduos sólidos na região está dentro da média do Estado – em torno de 1,1 quilo por pessoa por dia. “A preocupação fica ainda em como o sistema de coleta

está sendo executado”, disse o presidente da Abrelpe (Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais), Carlos Silva Filho.

Embora as prefeituras invistam no aumento da coleta de lixo porta a porta, as manobras realizadas pelos governos municipais em relação ao tema são consideradas paliativas, como é o caso da ampliação de aterros sanitários já existentes.

O presidente avalia que o sistema permanece executando a coleta como na década de 1970. “Não temos visto evolução na prestação de serviço. Tem sido uma árdua dificuldade ampliar os sistemas de coleta seletiva, sobretudo no Grande ABC. Temos a política nacional reformulada, de 2010, no entanto, na prática ela não funciona nos municípios”, ressaltou.

No ano de 2010, foi aprovada pelo governo federal a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que tem o objetivo de melhorar a gestão do lixo a partir da divisão de responsabilidade entre a sociedade, poder público e iniciativa privada. O código – que tramitou durante 20 anos no Congresso – determina a substituição de lixões por aterros e prevê mudança radical na destinação e tratamento dos resíduos.

Os chamados ‘3Rs’ da sustentabilidade – reduzir, reutilizar e reciclar – deveriam trazer ganhos para sociedade, mas Filho avalia que ainda falta muito para que a população se conscientize sobre a importância destas ações. “Ao mesmo tempo em que a administração pública tem de investir de verdade na coleta, não adianta nada se os moradores não separarem o lixo de maneira adequada. A questão preocupante é: não há mais espaço para construir aterros sanitários. Ou todo o sistema muda a forma de produzir e coletar, ou em menos de dez anos teremos cidades sujas e o custo elevadíssimo do serviço, pois o lixo terá de ser transferido para outras cidades.”

Para o presidente da Abrelpe, um dos pontos mais importantes quando se fala de gestão de resíduos é a questão da remuneração pelos serviços de limpeza urbana. “Não temos condições de avançar na questão (de limpeza urbana) se não tivermos os recursos necessários para custear todo esse processo.”

De acordo com ele, o principal gargalo do setor tem sido a inadimplência das prefeituras que, com o orçamento comprometido, deixam de pagar pelo serviço. “Hoje, as prefeituras gastam, em média, R\$ 9,90 por pessoa por mês para fazer todo o serviço de limpeza urbana. Em 2016, fizemos estudo que indica a necessidade de gastar pelo menos R\$ 16 por pessoa por mês para execução com eficácia.”

Grande ABC caminha a passos lentos

Embora a produção de lixo na região tenha aumentado consideravelmente, as prefeituras afirmam investir em ações que garantam a qualidade da coleta dos resíduos. No entanto, os projetos ainda caminham a passos lentos.

Em Santo André, por exemplo, está em estudo a ampliação do tempo de vida útil do aterro sanitário do município, que, de acordo com informações da Prefeitura, tem vida útil estimada de dois anos. O espaço andreense – com 217 mil metros quadrados – poderá contar com ganho de área de 35 mil metros quadrados no entorno, caso proposta da administração pública seja autorizada pela Cetesb

(Companhia Ambiental do Estado de São Paulo).

Conforme noticiou o Diário no último mês, levantamento da Prefeitura de Santo André, por meio do Semasa (Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André), mostra que 48% dos resíduos urbanos descartados por moradores da cidade poderiam ser reciclados. No entanto, ainda são desprezados de maneira incorreta no lixo comum. A atitude dos municípios tem contribuído para a diminuição da vida útil do aterro sanitário do município.

Em todo o Grande ABC há somente dois, sendo o de Santo André municipal – recebe todo o lixo coletado da cidade – e outro em Mauá, particular, e que recebe diariamente resíduos do município e de outras seis cidades: Diadema, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, São Bernardo, São Caetano e São Vicente, no Litoral.

Para o presidente da Abrelpe (Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais), Carlos Silva Filho, o apelo fica para que as administrações públicas invistam em conscientização, tanto da população quanto de indústrias para que busquem diminuir o volume de lixo descartado. “Ainda falta separação de resíduos, menor produção das indústrias em materiais descartáveis e ações de coleta eficazes das prefeituras.”

População acredita ser consciente

Ainda que a discussão sobre o lixo seja colocada em pauta, pelo menos desde 1990 – quando foi criado o Consórcio Intermunicipal do Grande ABC com intuito de debater a questão na região – a população acredita que esteja consciente quanto à destinação correta dos resíduos.

Embora saibam que os aterros estão com os dias contados, os moradores acreditam que contribuem para a diminuição da produção de lixo. Para Renata Carrara, 32 anos, conscientização e educação ambiental devem começar, principalmente, na infância. Mãe de uma menina de 7 anos, a empresária incentiva a criança dentro de casa. “Moro em condomínio, portanto há lixeiras separadas para resíduos orgânicos e recicláveis. Minha filha adora separar o lixo, me perguntando se isso ou aquilo vai em determinada lixeira”, relata a moradora de São Bernardo.

Para Renata, a cidade deixa a desejar no que diz respeito a facilidade. “Faltam lixeiras nas ruas, mas fazemos nossa parte como dá. Se estou fora de casa, guardo o lixo até que encontre o local correto. No prédio, todos os moradores são bem conscientes e fazem a separação.”

A empresária também tenta diminuir a quantidade de lixo dispensado. “Para orgânicos não há muito o que se fazer, no entanto, não uso mais sacola de plástico. Acredito que seja uma forma de contribuir.”

Não é diferente com Rafael Leonato, 28, que em sua empresa busca conscientizar funcionários sobre a importância de diminuir o uso de descartáveis. “(Ao invés do) Copo de café, por exemplo, incentivo o uso de caneca individual ou que permaneçam com o mesmo copo ao longo do dia. Assim evitamos o desperdício e a quantidade de lixo.”

Leonato também busca separar os tipos de lixo. “No prédio onde moro temos a lixeira separada mas,

na empresa, seguramos o reciclável até que o caminhão da Prefeitura passe.”

Comentários

Atenção! Os comentários do site são via Facebook. Lembre-se de que o comentário é de inteira responsabilidade do autor e não expressa a opinião do jornal. Comentários que violem a lei, a moral e os bons costumes ou violem direitos de terceiros poderão ser denunciados pelos usuários e sua conta poderá ser banida.